



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 04/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2794/2009 (9 vols.)

Apensos: Processos nº 650/2009 e 4203/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itapiranga.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Sr. José Nivalter Correia Lima, ex-Prefeito Municipal de Itapiranga.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação Conclusiva nº 791/2013 (fls. 1781).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8565/2013-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 1783/1785).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itapiranga. Exercício de 2008.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando Câmara Municipal de Itapiranga a **desaprovação das Contas do Município**, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de fevereiro de 2014.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 04/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 2794/2009 – fl. 02

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Raimundo José Michiles, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Convocada

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 04/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 04/2014)

1- Processo TCE nº 2794/2009 (9 vols.)

Apensos: Processos nº 650/2009 e 4203/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itapiranga.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Sr. José Nivalter Correia Lima, ex-Prefeito Municipal de Itapiranga.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação Conclusiva nº 791/2013 (fls. 1781).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8565/2013-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 1783/1785).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: *Prestação de Contas Anual. Exercício de 2008. Prefeitura Municipal de Itapiranga.*

Contas irregulares. Glosa. Multas. Prazo para o recolhimento. Autorizada cobrança executiva. Providências ao TCU. Recomendação ao Ministério Público Estadual e à origem. Determinação à Prefeitura Municipal de Itapiranga.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 - à unanimidade, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, no sentido de:

9.1.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Itapiranga, que tem como responsável o Senhor José Nivalter Correia Lima, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.1.2- Determinar a glosa no valor de R\$ 772.307,88 (setecentos e setenta e dois mil, trezentos e sete reais e oitenta e oito centavos), em vista das impropriedades nas obras e serviços de engenharia discriminadas às fls. 7 e 8 da presente Proposta de Voto, nos termos do art. 304, II c/c art. 305 da Resolução 4/2002 – TCE/AM;

9.1.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.1.4- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 04/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 04/2014)**

Processo TCE/AM nº 2794/2009 (2 vols.) – fl. 02

9.1.5- Providenciar o envio à unidade local do Tribunal de Contas da União (TCU) para as providências cabíveis das informações constantes nos Itens 3.02.02.02 / 3.02.04.02 / 3.02.04.03 / 4.14 do Relatório Conclusivo de Vistoria “in loco” n. 004/2012 (fls. 1537/1652);

9.1.6- Determinar ao atual Prefeito do Município de Itapiranga a:

a. Observância de todos os ditames da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 8.666/93), com a apresentação da documentação necessária, primando pela formalização dos contratos de forma adequada e observando a finalidade pública;

b. Realização de concurso público com a finalidade de constituir quadro de pessoal de carreira próprio para desempenho de funções permanentes e para substituição do pessoal contratado em caráter temporário, observando a necessidade de remessa dessas contratações temporárias para a análise da legalidade por esta Corte de Contas;

c. Observância do artigo 100, da Constituição Federal, elaborando um quadro adequado, com um controle mais eficaz, relativo ao pagamento dos precatórios;

d. Observância do disposto no artigo 1º, §1º, da Lei Complementar n. 101/2000, programando as disponibilidades de caixa para que sejam suficientes para o pagamento do passivo;

e. Observância do art. 11, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), devendo o Município elaborar Lei que institua os tributos de sua competência constitucional;

f. Observância do artigo 15, inciso V, da Lei Complementar n. 06/91, devendo expedir as leis autorizativas e os decretos de aberturas de créditos adicionais, suplementares e especiais;

g. Observância do art. 4º, §1º e do art. 7º, inciso II, da Resolução nº 10/2012 – TCE/AM, de forma a verificar o prazo de remessa das movimentações contábeis via Sistema ACP/Captura;

h. Observância do disposto no artigo 20, inciso I, da Lei Complementar n. 06/91 c/c o artigo 29 da Lei Estadual n. 2.423/96, de forma a verificar o prazo para o envio das Prestações de Contas a esta Corte;

i. Observância da exigência prevista no artigo 43, da Lei Estadual n. 2.423/96, de forma a comprovar a realização do Controle Interno dentro do Município de Itapiranga;

j. Observância do disposto no artigo 9º, §4º, da Lei Complementar n. 101/2000, de forma a comprovar que foi realizada a audiência para demonstrar a avaliação do cumprimento das metas fiscais no exercício financeiro;

k. Observância do disposto no artigo 21 da Lei Complementar n. 06/91, devendo providenciar a publicação e o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias a esta Corte de Contas;

l. Observância do disposto no artigo 38, X e XII, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n. 8.666/93, organizando os documentos relativos aos pagamentos, identificando qual o procedimento licitatório ou a contratação direta que lhe deu origem;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 04/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 04/2014)

Processo TCE/AM nº 2794/2009 (2 vols.) – fl. 03

m. Formalize os Contratos relativos às obras e aos serviços de engenharia, com a adoção dos seguintes procedimentos:

m.1. Manutenção dos documentos técnicos de obras/reformas/serviços de Engenharia nos arquivos municipais;

m.2. Observância do artigo 6º, inciso IX, da Lei n. 8.666/93 para fins de elaboração de Projeto Básico para obras e serviços de engenharia com todos os documentos necessários;

m.3. Observância quanto à exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º, 2º e 3º da Lei n. 6496/77);

m.4. Emissão de Planilhas de Medição (artigo 67 da Lei n. 8.666/93; e,

m.5. Emissão de Termo de Recebimento Definitivo (artigo 73, inciso I, alínea “b”, da Lei n. 8.666/93).

9.2- Por maioria, nos termos do voto Relator:

9.2.1- Aplicar multa ao Senhor José Nivalter Correia Lima, responsável pela Prefeitura Municipal de Itapiranga, exercício de 2008, valor de **R\$ R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)**, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, **nos meses de janeiro a dezembro/2008;**

9.2.2- Aplicar multa ao Senhor José Nivalter Correia Lima, responsável pela Prefeitura Municipal de Itapiranga, exercício de 2008, no **valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais apontadas no bojo da presente Proposta de Voto;

9.2.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.2.4- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, que divergiu quanto aos valores das multas aplicadas pelo Relator. Acompanhou o voto destaque o Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de fevereiro de 2014.

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 04/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 04/2014)**

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Raimundo José Michiles, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 1E881987-353680D2-E49ABB6C-E7D6271A